

Fonte: Primeiro de Janeiro – 19 Junho 2006

Alegado desrespeito pelos direitos dos trabalhadores

Casa de Saúde da Boavista acusada

A Casa de Saúde da Boavista está sob a mira do Sindicato da Hotelaria e Turismo do Norte, que acusa a instituição de desrespeitar os direitos dos trabalhadores. No entanto, a direcção da unidade desmente e diz que apenas tem feito cumprir a lei.

O Sindicato da Hotelaria e Turismo do Norte acusou ontem a Casa de Saúde da Boavista, no Porto, de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, mas fonte da instituição garantiu estar a cumprir integralmente a lei.

Em comunicado, o sindicato denuncia um “clima de intimidação e medo” na unidade hospitalar, acusando a directora-geral da instituição de se ter recusado a receber a moção aprovada pelos trabalhadores num plenário do passado dia 12.

No documento, lê-se que a Casa de Saúde da Boavista terá deixado de pagar as faltas por motivo de assistência inadiável à família e de dar descanso compensatório nos feriados quando estes coincidem com o sábado ou domingo.

“Os horários são constantemente alterados, pondo em causa o direito dos trabalhadores de organizarem a sua vida pessoal e familiar”, sustenta o sindicato, considerando ainda injustos os aumentos salariais dos últimos anos. Na moção, os signatários exigem a reposição dos direitos retirados, a afixação atempada dos horários, uma actualização “justa” dos salários, o cumprimento integral do contrato colectivo de trabalho e a negociação de um acordo de empresa.

Uma fonte da direcção da Casa de Saúde da Boavista garantiu que a instituição “está a pagar tudo o que está na lei” e que os trabalhadores “não têm razões absolutamente nenhuma” para estarem descontentes. “Temos melhorado as condições do pessoal e pagamos mesmo à frente das negociações com a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), porque o sindicato não se consegue entender com ela”, salientou a irmã Lúcia. De acordo com a responsável, a instituição de saúde “não faz nada além do que está legislado pela APHP, nem retirou regalias nenhuma” aos trabalhadores. “Regularizamos apenas algumas situações nos feriados, de acordo com a lei, continuando a pagar o trabalho em dia feriado, mas passando a dar apenas uma folga, e não duas, quando este coincide com um sábado ou domingo”, esclareceu. Tudo decidido, frisou, “com a orientação do Ministério do Trabalho e da APHP”. Quanto à exigência de negociação de um acordo de empresa, a irmã Lúcia afirmou que o sindicato está “preocupado” com a possibilidade, por não conseguir negociar com a APHP, de “ver cair” a contratualização colectiva. Relativamente à alegada recusa da directora da Casa de Saúde em aceitar a moção, explicou que o gabinete da responsável “foi invadido” pelo grupo de trabalhadores que participou no plenário, que “sem qualquer pré-aviso” queriam ser recebidos.